

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDONIA-UNIR
CAMPUS DE CACOAL
DEPARTAMENTO ACADÊMICO DO CURSO CIÊNCIAS CONTÁBEIS

MEIRIELEN BELING

**A UTILIZAÇÃO DOS ÍNDICES FINANCEIROS NA AVALIAÇÃO DO
RISCO PARA A TOMADA DE CRÉDITO NO RAMO DE
TRANSPORTE DE PASSAGEIROS**

Trabalho de Conclusão de Curso
Artigo

Cacoal - RO
2010

**A UTILIZAÇÃO DOS ÍNDICES FINANCEIROS NA AVALIAÇÃO DO
RISCO PARA A TOMADA DE CRÉDITO NO RAMO DE
TRANSPORTE DE PASSAGEIROS**

Por:

MEIRIELEN BELING

**Artigo apresentado a Fundação Universidade
Federal de Rondônia – UNIR - *Campus* de
Cacoal, como requisito para obtenção do
Título de Bacharel em Ciência Contábeis, sob
orientação do Prof. Esp. Charles Carminati de
Lima.**

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDONIA-UNIR
CAMPUS DE CACOAL
DEPARTAMENTO DO CURSO CIÊNCIAS CONTÁBEIS

O artigo intitulado “A utilização dos índices financeiros na avaliação do risco para a tomada de crédito no ramo de transporte de passageiros”, elaborado pelo (a) acadêmico (a) Meirielen Beling, foi avaliado e julgado aprovado pela Banca Examinadora formada por:

Prof. Esp. Charles Carminati de Lima – Orientador/UNIR
Presidente

Prof. Esp. Cleberson Eller Loose
Membro

Prof. Dra Maria Bernadete Junkes
Membro

Média

Cacoal - RO
2010

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO

1	A ANÁLISE FINANCEIRA NA CONCESSÃO DE CRÉDITO.....	05
1.1	APLICAÇÃO DA ANALISE FINANCEIRA	06
1.1.1	Análises Estruturais	07
1.1.2	Índices de Liquidez	08
1.1.3	Índices de Endividamento	10
1.1.4	Índices de Rentabilidade (<i>Roe E Roi</i>)	11
2	AVALIAÇÃO DO RISCO NA TOMADA DE CRÉDITO	12
2.1	O CRÉDITO E A ANÁLISE DE CRÉDITO	13
2.2	OS PROCESSOS DE ANÁLISE DE CRÉDITO	14
3	AS GARANTIAS REAIS NA CONCESSÃO DE CRÉDITO NO RAMO DE TRANSPORTE DE PASSAGEIROS	15
3.1	TIPOS DE GARANTIAS	15
3.1.1	Fiança e Aval	15
3.1.2	Penhor e Caução	16
3.1.3	Anticrese e Hipoteca	16
3.1.4	Alienação Fiduciária e Fundo Garantidor de Crédito	17
3.2	DOCUMENTOS UTILIZADOS NAS TRANSAÇÕES COMERCIAIS	17
3.2.1	Notas Fiscais, Duplicatas, Notas Promissórias E Carnês De Pagamento	18
3.2.2	Cheques, Letras De Câmbio E Contratos	19
4	ESTUDO DE CASO DOS ÍNDICES FINANCEIROS NO RAMO DE TRANSPORTE DE PASSAGEIROS NA EMPRESA AGUIA TUR LTDA	19
4.1	DIAGNÓSTICO SITUACIONAL: GARANTIAS E TOMADA DE CREDITO.....	20
4.2	ANÁLISE DOS INDICES FINANCEIROS E GRAFICOS COMPARATIVOS.....	21
	CONSIDERAÇÕES FINAIS	23
	REFERÊNCIAS.....	24
	OBRAS CONSULTADAS.....	24
	APÊNDICE	25

A UTILIZAÇÃO DOS ÍNDICES FINANCEIROS NA AVALIAÇÃO DO RISCO PARA A TOMADA DE CRÉDITO NO RAMO DE TRANSPORTE DE PASSAGEIROS

Meirielen Beling¹

RESUMO: A análise financeira de demonstrações contábeis é uma técnica utilizada para retirar das demonstrações apresentadas informações úteis para a tomada de decisão por partes interessadas. Seu principal usuário desde seu surgimento é o sistema bancário, sendo assim considerado também até os dias atuais. As informações geradas por esta técnica são utilizadas pelos bancos no momento de verificar a capacidade do cliente de honrar com seus compromissos financeiros assumidos perante a instituição e na avaliação do risco gerado nessa concessão de crédito para determinado cliente. A instituição também se utiliza de meios para garantir o cumprimento deste compromisso, que são as chamadas garantias, que visam minimizar o risco de crédito gerado no momento da concessão. O trabalho norteia-se na revisão bibliográfica e na pesquisa de campo realizada junto a empresa Águia Empresa de Transporte e Turismo LTDA com sede no município de Ji-Paraná.

Palavras-Chave: Análise Financeira. Garantias. Avaliação de risco. Tomada de crédito.

INTRODUÇÃO

A contabilidade, por meio da técnica de análise de demonstrações é um sistema de informação com objetivo de prover seus diversos usuários, principalmente o sistema bancário, que é considerado até hoje seu principal usuário de dados que possam auxiliar na tomada de decisão. Conforme Marion (2006, p. 25) “a contabilidade pode ser considerada como sistema de informação destinado a prover seus usuários de dados para ajudá-los a tomar decisão”.

As técnicas mais conhecidas e utilizadas da análise são a análise de estruturas: análise vertical e horizontal, capazes de fornecer dados de forma rápida e precisa, e a análise através de índices financeiros, que em conjunto permitem o completo conhecimento da atual situação econômica e financeira da empresa.

A análise pode ser utilizada para as mais diversas áreas de conhecimento, pois seus usuários são tanto quanto diversos. As pessoas interessadas em conhecer dados fornecidos pela Contabilidade são seus usuários, que podem ser internos (gerentes, diretores,

¹ Acadêmica do curso de Ciências Contábeis da Fundação Universidade Federal de Rondônia – *Campus* de Cacoal, com TCC elaborado sob a orientação do Prof. Esp. Charles Carminati de Lima.

administradores) ou externos (acionistas, instituições financeiras, fornecedores, governo) (MARION, 2006, p. 25).

O crédito, analisado dentro da perspectiva de uma instituição financeira, envolve a disposição de determinado valor sob forma de empréstimo ou financiamento com expectativa de recebimento deste valor em certo período de tempo. Essa concessão de valores envolve sempre um certo risco, para Schrickel (2000, P. 22) “[...] sumariamente, risco significa incerteza. Logo, a todo crédito associa-se certa dose de risco”. Este risco pode ser minimizado de forma significativa quando a empresa que concede este crédito se utiliza de garantias, sendo elas pessoais ou reais.

No momento de uma concessão de crédito, uma minuciosa análise das demonstrações financeiras da empresa tomadora do crédito, ou mesmo a solicitação de uma garantia pode evitar uma concessão equivocada, que pode acarretar no não recebimento deste valor, ou mesmo uma não concessão do crédito também de forma equivocada.

Nas transações comerciais existem também documentos que são utilizados, que podem ajudar também a identificar e localizar o cliente. O correto preenchimento e registro destes documentos auxiliam na garantia da transação realizada, as condições da transação efetuada, os valores e prazos de pagamento. Esses documentos em conjunto com as garantias solicitadas, minimizam de forma significativa o risco de crédito, e dão maior segurança do recebimento em valores e prazos pré-acordados. A minuciosa análise das demonstrações financeiras, o correto preenchimento e registro dos documentos utilizados nas transações e o agenciamento das garantias nas operações, são aproximadamente capazes de eliminar o risco envolvido e garantir o perfeito cumprimento das condições acordadas.

A metodologia utilizada se deu por meio de pesquisas bibliográficas em livros pertinentes sobre o assunto e por meio de pesquisa de campo com formulários junto a empresa Águia empresa de Transporte e Turismo LTDA.

1 ANÁLISE FINANCEIRA NA CONCESSÃO DE CRÉDITO

Por meio das demonstrações financeiras de uma empresa podemos extrair informações referentes a situação econômica e financeira, conclusões sobre sua capacidade de pagamento, seu equilíbrio financeiro ou mesmo se a atividade desenvolvida pela empresa garante rentabilidade suficiente para que um referido crédito solicitado pela organização deve ou não ser atendido. De acordo com Ribeiro (1997) “a finalidade da Análise de Balanços é transformar os dados extraídos das demonstrações financeiras em informações úteis para a

tomada de decisão por parte das pessoas interessadas”. E Assaf Neto (2007) ainda relata que a principal preocupação do analista esta centrada nas demonstrações contábeis da empresa, das quais são extraídas as informações a respeito da situação econômico financeira da sociedade, servindo de base para tomada de decisões referentes a conceder ou não crédito, de investir ou não em seu capital acionário, alterar determinada política financeira ou mesmo avaliar se a empresa esta sendo ou não bem administrada.

Em relação à análise financeira, Blatt (1999) explica que a mesma é primordial para a determinação das forças e fraquezas financeiras do cliente, a partir das informações das demonstrações financeiras do mesmo. A análise da renda total do cliente e posterior análise de compatibilidade com os créditos pretendidos é uma fase de vital importância no processo de análise dos riscos de crédito.

"A análise de crédito envolve a habilidade de fazer uma decisão de crédito, dentro de um cenário de incertezas e constantes mutações e informações incompletas" (SCHRICKEL, 2000, p. 27). Ou seja, grande parte da análise de crédito é realizada através do julgamento do agente de crédito, baseada principalmente na habilidade e experiência do mesmo.

Silva (2007, p. 23) define que “ a análise financeira é uma ferramenta que nos auxilia na avaliação da empresa”. Conhecendo sua atuação no mercado, pode-se identificar qual sua real capacidade de honrar com compromissos financeiros, qual seu grau de retorno, seu grau de endividamento, entre outros. O objetivo é auxiliar na tomada de decisão e não apenas a elaboração de um mero relatório ainda que mais ou menos extenso. As informações geradas pela análise financeira dão suporte para tomada de decisão, seja ela qual for sua finalidade.

1.1 APLICAÇÃO DA ANÁLISE FINANCEIRA

A análise financeira refere-se à avaliação ou estudo da viabilidade, estabilidade e lucratividade de um negócio ou projeto. Engloba um conjunto de instrumentos e métodos que permitem realizar diagnósticos sobre a situação financeira de uma empresa, assim como prognósticos sobre o seu desempenho futuro.

Conforme colocado por Ribeiro (1997, p. 116) a análise também serve de base para a tomada de decisão nas mais variadas situações:

Através de estudos e interpretações de dados extraídos das demonstrações financeiras, a Análise de Balanços tem por finalidade prestar informações sobre a situação econômica e financeira da entidade, para que as pessoas interessadas possam tomar decisões.

Para que o analista possa verificar a situação econômico-financeira de uma empresa, torna-se fundamental o recurso a alguns indicadores, sendo que os mais utilizados são as análises através de índices. Conforme Ribeiro (1997, p. 116), a análise por quocientes “É o estudo comparativo entre grupos de elementos das demonstrações financeiras por meio de índices, objetivando o conhecimento da relação entre cada um dos grupos do conjunto”.

Estes apresentam uma vantagem, não só de tornar mais precisa a informação, como também de facilitar comparações, quer para a mesma empresa, ao longo de um certo período de tempo, quer entre empresas distintas, num mesmo referencial de tempo. Contudo, é importante salientar que os índices apenas constituem um instrumento de análise, que deve, ser complementado por outros tantos. Com efeito, a análise de indicadores, fornece apenas alguns indícios que o analista deverá procurar confirmar através do recurso a outras técnicas.

Em relação as demonstrações analisadas Marion (2006, p. 21-22), fala sobre a importância de todas elas na realização da análise:

[...] indubitavelmente todas as demonstrações contábeis devem ser analisadas. Entre elas estão o Balanço Patrimonial, a Demonstração do Resultado do Exercício, a Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos, Demonstração dos Lucros ou Prejuízos Acumulados, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, a Demonstração do Fluxo de Caixa e a Demonstração do Valor Adicionado. Porém é dada maior ênfase a análise das duas primeiras demonstrações, uma vez que nelas são evidenciadas de forma objetiva a situação financeira (identificada no Balanço Patrimonial) e a situação econômica (identificada de forma conjunta no Balanço com a Demonstração do Resultado do Exercício).

Portanto, a técnica mais utilizada pela análise financeira é a que recorre aos índices financeiros, um instrumento de apoio para sintetizar uma enorme quantidade de informação, e comparar o desempenho econômico-financeiro das empresas ao longo do tempo. Constituem assim uma base da análise financeira, mas não dão respostas. Essas então, encontradas nos aspectos qualitativos da gestão.

1.1.1 Análises Estruturais

Os diversos processos de análise de balanços, para Ribeiro (1997, p. 116) podem ser entendidos como “ técnicas utilizadas pelos analistas de Balanços para obtenção de conclusões acerca da situação econômica e financeira da entidade ou de outros aspectos relacionados com o patrimônio, de acordo com os interesses dos usuários”. Entre esses processos de análise está a análise de estruturas.

A análise de estruturas conforme Schrickel (2000, P. 132) “é uma forma simples – e bastante eficiente – para se adquirir visão geral sobre os demonstrativos econômico-financeiros das empresas”. A Análise Horizontal, para Ribeiro (1997, p. 117) é uma “comparação feita ente componentes do conjunto em vários exercícios, por meio de números-índices, objetivando a avaliação ou o desempenho de cada conta ou grupo de contas ao longo dos períodos analisados”. A análise horizontal também é conhecida como análise de tendência ou análise de evolução. Este tipo de análise é importante para avaliar a estrutura de composição de itens e sua evolução no tempo.

Para Iudícibus (1998, p. 90) “ a finalidade principal da análise horizontal é apontar o crescimento dos itens dos Balanços e das Demonstrações de Resultados (bem como de outros demonstrativos) através dos períodos, a fim de caracterizar tendências”.

A análise vertical, segundo Ribeiro (1997, p. 117) “ Consiste na determinação da porcentagem de cada conta em relação ao seu conjunto. Este processo é também conhecido por Análise por Coeficientes”. Em relação a sua importância e relevância Iudícibus (1998, p. 93) destaca que “ este tipo de análise é importante para avaliar a estrutura de composição de itens e sua evolução no tempo”.

Relacionando a análise vertical/horizontal e a análise através de índices financeiros, Matarazzo (2007, p. 249) declara:

A análise através de índices é genérica, e a “análise Vertical/Horizontal desce a um nível de detalhes que não permite essa visão ampla da empresa, mas possibilita localizar pontos específicos de falhas, problemas e características da empresa e explicar os motivos de a empresa estar em determinada situação.

Apesar de conclusões semelhantes com a análise Vertical e Horizontal, não podemos descartar nenhuma delas, Conforme Assaf Neto (2007, p. 125) “ é importante que sejam utilizadas tanto a análise horizontal como a vertical, a fim de melhor identificar as várias mutações sofridas por seus elementos contábeis”.

1.1.2 Índices de Liquidez

Entende-se por índice liquidez a capacidade de pagamento ou solvência de recursos financeiros para garantir o patrimônio da empresa perante terceiros. A análise das demonstrações contábeis por índices consiste na confrontação entre os diversos grupos ou contas patrimoniais e de resultado de forma que se estabeleça uma relação lógica que

possibilite a mensuração da situação econômica e financeira da empresa. As finalidades da análise através de índices também é declarada por Iudícibus (1998, p. 98):

O uso de quocientes tem como finalidade principal permitir ao analista extrair tendências e comparar os quocientes com padrões preestabelecidos. A finalidade da análise é, mais do que retratar o que aconteceu no passado, fornecer algumas bases para inferir o que poderá acontecer no futuro.

Para Marion (2006, p. 83) Os índices de liquidez são utilizados para avaliar a capacidade de pagamento da empresa, isto é, constituem uma apreciação sobre se a empresa tem capacidade para saldar seus compromissos.

Conforme afirma SANVICENTE (2007, P. 177);

As demonstrações contábeis e financeiras de uma empresa também podem servir para a construção de índices – grandezas comparáveis obtidas a partir de valores monetários absolutos – destinados a medir a posição financeira e os níveis de desempenho da empresa em diversos aspectos.

Conforme colocado por Salazar e Benedicto (2004, P. 252) “ Desse modo, o aspecto mais importante para o analista financeiro não é saber calcular, mas interpretar esses indicadores e elaborar um relatório com os pontos fortes e fracos da empresa analisada.”

Schrickel (2000, p. 239) relata que os quocientes e coeficientes consagrados na análise de balanços podem ser divididos em três grandes grupos: Liquidez, Rentabilidade e Endividamento. Os índices de liquidez têm como objetivo apurar a capacidade de a empresa saldar suas obrigações com terceiros, ou seja, pagar seus passivos.

Matarazzo (2007) menciona que uma empresa com bons índices de liquidez apresenta condições de ter boa capacidade de pagar sua dívidas, mas não estará , obrigatoriamente, pagando suas dívidas em dia, em razão de outras variáveis como prazo, renovação de dívidas, entre outros fatores.

Tal qual Marion (2006, p. 83) a capacidade de pagamento pode ser avaliada, considerando: longo prazo, curto prazo ou prazo imediato.

Índice de Liquidez Corrente (ou liquidez comum) com capacidade de pagamento a curto prazo: Mostra a capacidade de pagamento da empresa a curto prazo, por meio da fórmula:

$\frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$

Este índice relaciona quantos reais dispõem-se, imediatamente e conversíveis em curto prazo em dinheiro, com relação às dívidas de curto prazo, isto é, cujo vencimento está

previsto para os próximos 360 dias. Quanto maior a liquidez corrente, mais alta será a capacidade da empresa financiar suas necessidades de capital de giro.

Índice de Liquidez Geral com capacidade de pagamento a longo prazo, mostra a capacidade de pagamento da empresa a longo prazo, considerando tudo o que ela converterá em dinheiro (a curto e longo prazo), relacionando-se com tudo o que já assumiu como dívida (a curto e longo prazo), ou seja:

$\frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a Longo Prazo}}$

Este índice detecta a saúde financeira da empresa e revela a liquidez de curto e de longo prazo. Assaf Neto (2007, p. 191) destaca que “a liquidez geral é utilizada também como uma medida de segurança financeira da empresa a longo prazo, revelando sua capacidade de saldar todos os seus compromissos”.

Índice de Liquidez Imediata com capacidade de pagamento em prazo imediato, mostra o quanto dispomos imediatamente para saldar nossas dívidas de curto prazo, ou seja:

$\frac{\text{Disponibilidades: (Caixa + Bancos + Aplicações de Curtíssimo Prazo)}}{\text{Passivo Circulante}}$
--

Este índice representa o valor de quanto se dispõe imediatamente para saldar as dívidas de curto prazo. Também pode ser chamado de índice de liquidez absoluta ou instantânea. Sanvicente (2007, P. 178) diz que esse índice “representa mais um passo na direção de uma medida mais satisfatória da liquidez de uma empresa, comparando as obrigações de vencimento a curto prazo, com o que a empresa possui em dinheiro ou pode prontamente transformar em dinheiro.”

1.1.3 Índices de Endividamento

Estes índices relacionam as fontes de fundos entre si, procurando retratar a posição relativa do capital próprio com relação ao capital de terceiros. São quocientes de muita importância, pois indicam a relação de dependência da empresa no que se refere ao capital de terceiros. Os índices de estrutura ou endividamento avaliam a composição e a aplicação dos recursos da empresa. Para Ribeiro (1997, p. 133):

Os quocientes de Estrutura de capitais servem para evidenciar o grau de endividamento da empresa em decorrência das origens dos capitais investidos no patrimônio. Eles mostram a proporção existente entre os Capitais Próprios e os

Capitais de Terceiros, sendo calculados com base em valores extraídos do Balanço Patrimonial.

Índice de Participação do Capital de Terceiros em relação aos Recursos Totais:

Revela qual a proporção existente entre Capitais de Terceiros e Capitais Próprios, isto é, quanto a empresa utiliza de Capitais de Terceiros para cada real de Capital Próprio.

<p style="text-align: center;"><u>Exigível Total</u> Recursos Totais</p>
--

Estabelece uma relação entre o que a empresa deve a terceiros e o dinheiro dos sócios investidos na empresa. Quanto menor este quociente, melhor.

Índice de Composição do Endividamento:

Revela qual a proporção existente entre as obrigações de curto prazo e as obrigações totais, isto é, quanto a empresa terá de pagar a curto prazo para cada real do total das obrigações existentes.

<p style="text-align: center;"><u>Passivo Circulante</u> Exigível Total</p>

Indica a concentração dos recursos de terceiros devidos a curto prazo. Confronta o passivo circulante com o total de capital de terceiros. Quanto menor este quociente, melhor.

Imobilização do Patrimônio Líquido:

Revela qual a parcela do patrimônio Líquido foi utilizada para financiar a compra do Ativo Permanente, isto é, quanto a empresa imobilizou no Ativo Permanente para cada real de Patrimônio Líquido.

<p style="text-align: center;"><u>Ativo Permanente</u> Patrimônio Líquido</p>

As aplicações dos recursos do Patrimônio Líquido são mutuamente exclusivas do Ativo circulante e Ativo Imobilizado. Quanto mais a empresa investir no Ativo Permanente, menos recursos próprios sobrarão para o Ativo Circulante, e, em consequência, maior será a dependência a capitais de terceiros para o financiamento do Ativo Circulante.

1.1.4 Índice de Rentabilidade

Os Índices Econômicos são aqueles que indicam margens de lucro (rentabilidade), de retorno do capital investido, velocidade das operações realizadas, entre outros. Os índices de retorno indicam basicamente o lucro da empresa com relação aos custos e despesas realizados

para sua obtenção e aos volumes de investimentos necessários e de recursos disponíveis. Normalmente são indicados em percentuais.

Para Ribeiro (1997, p. 146) “os quocientes de rentabilidade servem para medir a capacidade econômica da empresa, isto é, evidenciam o grau de êxito econômico obtido pelo capital investido na empresa.” Marion (2006, P. 139-140) mostra que o objetivo de utilização dos índices econômicos é “calcular a taxa de lucro, isto é, comparar o lucro em valores absolutos com valores que guardam alguma relação com o mesmo”. Os índices econômicos podem ser divididos em:

Taxa de Retorno sobre Investimento (ROI)

$\frac{\text{Lucro Líquido}}{\text{Ativo Total}}$

Representa o poder de ganho da empresa, que é a mesma coisa que Retorno sobre Ativo ou TRI, do ponto de vista da empresa.

Taxa de Retorno sobre Patrimônio Líquido (ROE)

$\frac{\text{Lucro Líquido}}{\text{Patrimônio Líquido}}$
--

Representa o poder de ganho dos proprietários, que é a mesma coisa que Retorno sobre Patrimônio Líquido ou TRPL, do ponto de vista dos proprietários.

Os índices de rentabilidade demonstram o quanto a empresa gera de retorno sobre o capital aplicado, e quanto tempo esse retorno leva para acontecer, possibilitando a tomada de decisão sobre a continuidade ou não de aplicação dos recursos.

2 AVALIAÇÃO DO RISCO NA TOMADA DE CRÉDITO

O risco de crédito está presente em todas as operações bancárias, para minimizar este risco as Instituições Bancárias precisam fazer avaliações da capacidade de crédito dos tomadores. A análise de crédito é um processo organizado para analisar dados, de maneira a possibilitar o levantamento das questões certas acerca do tomador do crédito. "Este processo cobre uma estrutura mais ampla do que simplesmente analisar o crédito de um cliente e dados financeiros para a tomada de decisão com propósitos creditícios" (BLATT, 1999, p. 93).

Para Schrickel (2000, P. 22) “sumariamente, risco significa incerteza. Logo, a todo crédito associa-se certa dose de risco”. O risco nas operações de crédito existe porque o fluxo de caixa prometido pode ou não ser pago na sua totalidade pelos diversos tomadores. Se a

instituição financeira recebesse tudo, não haveria risco de crédito. Como os risco de crédito são, em tese, não elimináveis, a incumbência das instituições é estimar o risco de perda esperada e exigir prêmios pelo risco. Gestão de risco significa avaliar o risco envolvido em cada operação. É poder discriminar a capacidade de pagamento do cliente, dizer qual o melhor produto para aquele cliente e qual o processo mais adequado para se conceder esse crédito.

De acordo com a RESOLUÇÃO Nº 3721, DE 30 DE ABRIL DE 2009 do BACEN, crédito pode ser definido como:

Art. 2º - Para os efeitos desta resolução, define-se o risco de crédito como a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pelo tomador ou contraparte de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, à desvalorização de contrato de crédito decorrente da deterioração na classificação de risco do tomador, à redução de ganhos ou remunerações, às vantagens concedidas na renegociação e aos custos de recuperação.

A análise ocorrerá conforme as necessidades do solicitante e dentro de um nível de risco aceitável, a partir de documentação apresentada e análise da mesma, objetivando a maximização dos resultados da instituição, segundo Schrickel (2000).

2.1 O CRÉDITO E A ANÁLISE DE CRÉDITO

A palavra crédito vem do latín *creditus* (sustantivación do verbo *credere*: crer), que significa "coisa confiada". O conceito de crédito pode ser analisado sob diversas perspectivas. Para uma instituição financeira, crédito refere-se, principalmente, à atividade de colocar um valor à disposição de um tomador de recursos sob a forma de um empréstimo ou financiamento, mediante compromisso de pagamento em uma data futura. O crédito geralmente envolve a expectativa do recebimento de um valor em certo período de tempo. Portanto, as situações de passado, presente e as perspectivas futuras devem ser analisados de acordo com o objetivo da concessão de crédito.

Segundo o dicionário, "crédito significa prova de confiança dada a alguém, a quem não se tem motivo para desconfiar; segurança na verdade de alguma coisa". Assim "crédito" em sua origem significa entre outras coisas, confiar ou ter confiança.

E para Schrickel (2000, p. 21):

Crédito é todo ato de vontade ou disposição de alguém de destacar ou ceder, temporariamente, parte de seu patrimônio a um terceiro, com a expectativa de que esta parcela volte a sua posse integralmente, após decorrido o tempo estipulado.

O crédito, segundo alguns economistas, é uma espécie de mudança que actua no tempo em vez de actuar no espaço. Pode ser definido como "a mudança de uma riqueza

presente por uma riqueza futura. Schrickel (2000, p. 22) destaca que o principal objetivo da análise de crédito numa instituição financeira é identificar os riscos nas concessões de empréstimos, evidenciar conclusões quanto a capacidade de repagamento do tomador e fazer recomendações relativas a melhor estruturação e tipo de empréstimo a ser concedido.

Análise de Crédito é o momento no qual o agente cedente irá avaliar o potencial de retorno do tomador do crédito, bem como, os riscos inerentes à concessão. Tal procedimento é realizado, também, com o objetivo de poder identificar os clientes que futuramente poderão não honrar com suas obrigações, acarretando uma situação de risco de caixa à organização. Através da Análise de Crédito será possível identificar se o cliente possui idoneidade e capacidade financeira suficiente para amortizar a dívida que se pretende contrair.

2.2 OS PROCESSOS DE ANÁLISE DE CRÉDITO

Além disso, em qualquer situação de concessão de crédito, há três etapas distintas a percorrer, conforme Schrickel (2000):

- 1- Análise Retrospectiva:** avaliação do desempenho histórico do tomador potencial, analisando os riscos inerentes ao mesmo e como foram contornados. Este processo visa a identificar fatores na atual condição do tomador que possam dificultar o pagamento da dívida;
- 2- Análise de Tendências:** projeção da condição futura do tomador do crédito, a fim de avaliar o nível de endividamento suportável e o quão oneroso será o crédito que se espera obter; e
- 3- Capacidade Creditícia:** a partir do grau de risco que o tomador apresenta e a projeção do seu nível de endividamento futuro, avaliar a capacidade creditícia do tomador, ou seja, qual a quantia de capital que ele poderá obter junto ao credor.

Em relação aos processos de análise de crédito Blatt (1999, p. 95) fixa os seguintes focos:

- Análise dos demonstrativos financeiros do cliente e análises subjetivas de fontes de crédito externas.
- Cifras financeiras que precisarão ser esmiuçadas para calcular coeficientes e outras análises.
- Relações entre os vários números e coeficientes que têm que ser identificados como parte do processo da análise de crédito.
- Interpretação dos resultados da análise, os quais representam a fase mais importante da análise de crédito.

Quadro 01 – Processos de Analise de Credito

Fonte: Blatt (1999)

A análise de crédito avalia as condições financeiras atuais do cliente, e considera as probabilidades de que este não venha a reunir condições para quitar determinado compromisso financeiro na data previamente contratada. É portanto, uma análise de probabilidades, para a qual são indispensáveis informações efetivamente claras, abrangentes e consistentes.

3 AS GARANTIAS REAIS NA CONCESSÃO DE CRÉDITO NO RAMO DE TRANSPORTE DE PASSAGEIROS

As garantias servem como uma válvula de escape para que o concessor de crédito tenha maior segurança na hora de conceder e no momento em que deverá receber seu valor concedido em crédito. No ramo de transporte coletivo, pode-se dizer que a própria garantia de recebimento é o bem financiado, pois este fica alienado com a instituição até o momento de quitação total do mesmo perante o credor. As garantias, tanto fidejussórias quanto reais, objetivam dar reforço e segurança nas operações de crédito, devendo ser analisadas conjuntamente às informações cadastrais do cliente, à finalidade da operação que enseja a concessão de crédito, à forma e às fontes de pagamento.

3.1 TIPOS DE GARANTIAS

Os tipos de garantias existentes são: a) garantias pessoais e b) garantias reais.

a) Garantias pessoais: As garantias pessoais são também chamadas de fidejussória em virtude da elevada confiança que deve haver entre prestador e favorecido. As garantias pessoais são: a fiança e o aval. As garantias pessoais podem ser concedidas por pessoas físicas ou jurídicas, onde as mesmas assumem, como avalistas ou fiadores, a obrigação de honrar os compromissos assumidos na operação de crédito mantida inicialmente com o cliente.

3.1.1 Fiança e Aval

Fiança: é negócio jurídico acessório que tem por finalidade prestar garantia de pagamento de uma obrigação principal a qual adere. O devedor da obrigação principal é chamado de afiançado, cujo pagamento o fiador garante. Pela regra, o fiador só está obrigado a pagar caso o devedor principal não o faça. O pagamento deve ser exigido primeiro do devedor afiançado. É o benefício de ordem a favor do fiador. Porém, a lei abriu alternativa para que o fiador possa renunciar a este benefício, passando a ser devedor solidário e principal

pagador, como se fosse aval. Havendo mais de um fiador na mesma obrigação, a responsabilidade será solidária. É a chamada co-fiança.

O avalista que paga, subroga-se nos direitos derivados da propriedade do título. Conforme Coelho (2008, p. 414) aval é:

O aval é o ato cambiário pelo qual uma pessoa (avalista) se compromete a pagar título de crédito, nas mesmas condições que um devedor desse título (avalizado). Duas são as características principais do aval, em relação à obrigação avalizada: de um lado, a autonomia; de outro, a equivalência. O avalista assume, perante o credor do título, uma obrigação autônoma, mas equivalente à do avalizado.

No aval a responsabilidade ocorre como na fiança, o avalista se obriga pelo avalizado. Assim como o fiador se obriga pelo afiançado, comprometendo-se a satisfazer a obrigação no todo ou em parte, caso o devedor principal não a cumpra.

3.1.2 Penhor e Caução

b) As garantias reais são bens ou direitos de recebimentos dados em garantia de obrigações relativas às operações de crédito. A escolha desse tipo de garantia deve ser feita de acordo com as características da operação, como: tipo de operação, prazo, valor, etc.

Penhor: Deriva de uma expressão latina "pugnus", que significa punho, ou seja, o penhor é um direito real de garantia que depende da tradição, do bem ser levado pelo próprio punho. É importante ressaltar que o Credor Pignoratício tem o direito de guardar a coisa, mas ele não pode ficar com a coisa para si, em virtude da cláusula comissória. Penhor é direito real de garantia vinculado a uma coisa móvel ou mobilizável. Genericamente, o penhor é qualquer objeto que garante o direito imaterial, não palpável (o penhor do trabalho é o dinheiro e da dívida, é algo de valor, dado como garantia – não necessariamente bens móveis).

Caução: (do latim cautio, ação de se acautelar, precaução) é a cautela que alguém tem ou toma como garantia de indenização de algum dano possível ou devido à possível falta do cumprimento de alguma obrigação. O termo é usado, genericamente, para indicar as várias formas de garantias usadas para a concretização de um ato, quer negociado entre as partes, quer por exigência judicial ou mesmo de cunho legal.

3.1.3 Anticrese e Hipoteca

Anticrese: é direito real sobre bem imóvel pelo qual o devedor transfere a sua posse ao credor, para que este perceba e retenha os seus frutos, imputando-os no pagamento da dívida. Ou seja, pela anticrese, o credor obtém a posse da coisa, a fim de perceber os seus

frutos e aplicá-los no pagamento da dívida. O novo Código Civil, em relação ao direito real de anticrese, introduziu a possibilidade de remição do bem. A fragilidade encontra-se na possibilidade de o devedor alienar os bens de seu domínio, não dispondo o credor de nenhum meio eficaz de preservação do seu interesse creditório, o que acaba desestimulando a concessão de crédito.

Hipoteca: é contrato acessório, depende de um contrato principal para existir. A hipoteca é indivisível; assim, mesmo que o bem que compõe a garantia possa ser dividido em partes, cada parte conserva o gravame como se o bem não estivesse dividido. O cartório de registro competente é o da localização dos bens da garantia.

3.1.4 Alienação Fiduciária e Fundo Garantidor de Crédito

É um contrato que tem a finalidade de garantir o cumprimento de uma obrigação. O devedor transfere como garantia a propriedade da coisa para o credor, continuando, porém, na posse da mesma. Ao término do pagamento do contrato:

- a) Cumprida a obrigação, extingue-se a propriedade fiduciária, voltando à propriedade plena ao titular anterior.
- b) Se o prestador da garantia, o fiduciante, não pagar a obrigação, o objeto vai à venda, não podendo o fiduciário ficar com o bem.
- c) Servem como objeto da alienação fiduciária os bens imóveis e móveis em geral, desde que infungíveis.

O Fundo Garantidor de Crédito- FGC constitui-se numa associação civil sem fins lucrativos, com personalidade jurídica de direito privado do Brasil, que administra um mecanismo de proteção aos correntistas, poupadores e investidores, que permite recuperar os depósitos ou créditos mantidos em instituição financeira, em caso de falência ou de sua liquidação. Foi originado do extinto FGDLI - Fundo de Garantia de Depósitos e Letras Imobiliárias - a partir da reversão de seus valores para o FGC. O FGC garante, atualmente, perdas de até R\$ 60 mil, para cada pessoa contra a instituição bancária alvo de alguma operação financeira.

3.2 DOCUMENTOS UTILIZADOS NAS TRANSAÇÕES COMERCIAIS

Para todas as transações comerciais, pressupõe-se que haja um documento formal com as condições da transação. No caso de venda de um produto ou uma prestação de serviços, no mínimo deverá existir uma nota fiscal da venda ou da prestação de serviços. As

condições da operação deverão constar nesse documento fiscal. No caso de pagamento a prazo, além de constar no documento fiscal, outro documento poderá ser emitido, tal como uma duplicata, nota promissória, ou outro específico. Também, nas operações comerciais, poderá ser emitido um contrato no qual as especificações da transação e a forma de pagamento serão devidamente contempladas. Dentre os títulos ou documentos utilizados nas transações comerciais dadas com garantias, podemos citar: Nota fiscal – fatura, Duplicatas, Cheque, Nota Promissória, Letra de Câmbio, Contrato e Carnê de Pagamentos.

3.2.1 Nota Fiscal, Duplicata, Nota Promissória e Carnês de Pagamento

Nota Fiscal: documento utilizado nas transações comerciais de venda de produtos, mercadorias e na prestação de serviços. Tem uma especificação de formatação de acordo com a legislação tributária de cada estado e/ou município. Devem constar, de forma impressa, todas as informações cadastrais do emissor, e as informações do cliente ou comprador são escritas de forma manual ou mecânica em espaços previamente definidos. Deve constar o produto, mercadoria ou a prestação de serviço a executado, o valor correspondente, os impostos incidentes, ICMS, IPI ou ISS, conforme o caso. O prazo de vencimento da operação deve estar destacado, incluindo a praça de pagamento. Por ser uma nota fiscal fatura, o título fatura é o título utilizado para cobrança, com todas as características legais de aceite por parte do cliente. Duplicatas: são utilizadas em muitas operações comerciais que ocorrem com notas fiscais, após a emissão, é emitido um título denominado duplicata, que vem reforçar a transação comercial existente entre o emitente e o comprador. Para as Faturas e as Duplicatas, considerados títulos de créditos, não havendo pagamento, podem ser registrados em Cartórios de Protestos, visando resguardar o direito do emitente na cobrança do título, obedecidos os prazos estabelecidos em normas legais. Os procedimentos desse registro devem obedecer aos aspectos previstos em leis.

Nota promissória: é um título de crédito que se constitui em uma promessa de pagamento do devedor. Em uma transação comercial, havendo contrato, o crédito pode ser garantido por meio da nota promissória, garantia para o credor. De acordo com a legislação brasileira, todos os documentos creditícios devem ser nominais. Como qualquer título legal, na falta de pagamento, pode ser protestado.

Carnê de Pagamentos: Há transações comerciais, em que o pagamento do crédito é feito por meio de carnê, que se constitui anexo da transação comercial. Entende-se que haja

inadimplência após a falta de pagamento de duas parcelas. Normalmente, há um título de crédito devidamente assinado pelo devedor que, no caso de inadimplência, será executado.

3.2.2 Cheques, Letras de Cambio e Contratos

Cheque: documento correspondente a uma ordem de pagamento a vista. Portanto, o favorecido ou sacado poderá, a qualquer tempo, receber o valor correspondente. Devido à falta de crédito e à participação das instituições financeiras no segmento de créditos, informalmente essas instituições passaram a descontar os cheques para as empresas comerciais que aceitavam os pré-datados como forma de pagamento. Os cheques podem ser protestados consoante a legislação vigente e desde que estejam devidamente preenchidos.

Letra de Câmbio: título formal de crédito, que contém ordem de pagamento a vista ou a prazo, encaminhado por um emitente a determina pessoa para pagamento a terceiros. Na falta de pagamento, pode ser protestado.

Contrato: acordo de vontade entre duas ou mais pessoas, físicas ou jurídicas, com a finalidade de adquirir, modificar ou extinguir direitos. Os efeitos de um contrato, uma vez perfeito e acabado, não pode ser desfeito, senão por outro acordo de vontades chamado distrato. Além disso, o contrato só pode ser modificado pelo consenso de ambas as partes, ou por decisão judicial. A legislação brasileira determina, ainda, que constitui elemento essencial à validade dos contratos públicos e particulares a assinatura de duas testemunhas e suas rubricas, em todas as folhas dos contratos. Há contratos que, celebrados por instrumento público ou particular, devem ser registrados em cartório para serem válidos.

4 ESTUDO DE CASO DOS ÍNDICES FINANCEIROS NO RAMO DE TRANSPORTE DE PASSAGEIROS NA EMPRESA AGUIA TUR LTDA

Com base na pesquisa aplicada na Águia Empresa de Transporte e Turismo LTDA, com sede no município de Ji-Paraná - RO verificou-se a seguinte realidade operacional nas garantias e tomada de crédito.

4.1 DIAGNÓSTICO SITUACIONAL: GARANTIAS E TOMADA DE CREDITO

Na empresa existe tomada de crédito junto a instituições financeiras num período entre dois e cinco anos, e que a empresa utilizou destes créditos para o investimento em aquisição de ativo imobilizado. Quando questionada sobre se as instituições bancárias solicitam demonstrações financeiras para liberação dos créditos, e aspectos pertinentes a garantia nesta transação financeira, averiguou-se que é comum a todas as instituições tal solicitação observadas as variâncias de cada instituição de credito.

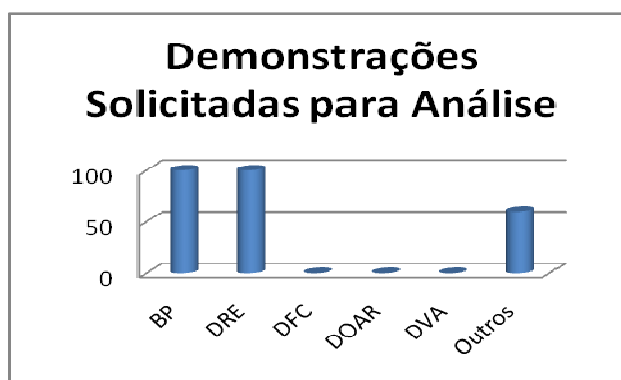


Figura 1: Demonstrações Solicitadas para Análise
Fonte: Empresa adaptado pelo autor

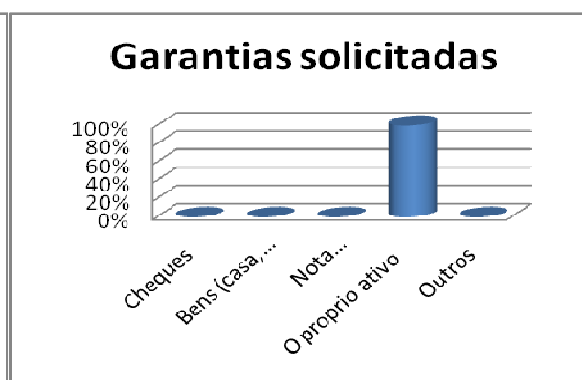


Figura 2: Garantias Solicitadas no Crédito
Fonte: Empresa adaptado pelo autor

Conforme figura 1, em termos percentuais, considerando a proporção das demonstrações solicitadas para análise e liberação do crédito solicitado, todas as instituições que ele fomentou empréstimo, solicitam o Balanço Patrimonial (BP) e a Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) e algumas instituições solicitam outros documentos como a Relação de Bens da empresa e dos sócios. Na figura 2, observa-se a utilização como garantia, neste tipo de operação financeira, o próprio Ativo que esta sendo financiado. Na empresa existe tomada de crédito em mais de 04 (quatro) instituições financeiras, e dentre elas, instituições publicas e privadas, sendo que nas publicas existe uma maior burocracia na hora de se prevenir do risco de crédito.

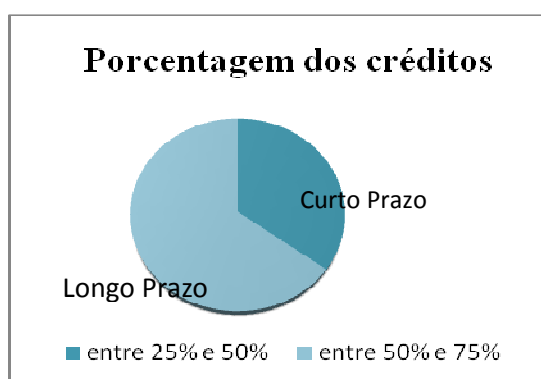


Figura3: Porcentagem dos Créditos
Fonte: Empresa adaptado pelo autor

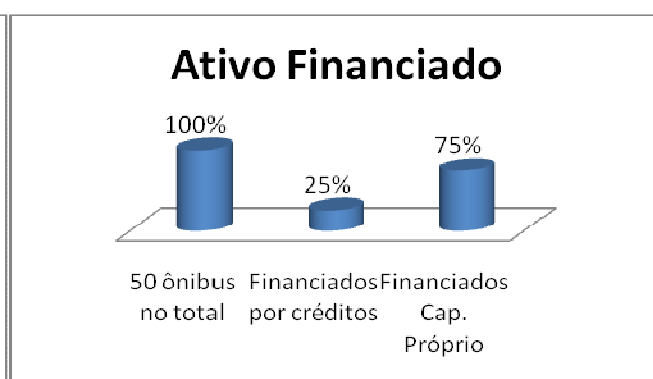


Figura 4: Ativo financiado junto a Terceiros
Fonte: Empresa adaptado pelo autor

Como demonstra a figura 3, os créditos efetuados pela empresa são em sua maioria considerados de longo prazo. Os Créditos de curto prazo representam entre 25% e 50% do total, e os considerados de longo prazo importam entre 50% e 75% do total de créditos efetuados junto a terceiros. Com esta tomada de crédito a empresa faz outros investimentos e pretende obter um melhor retorno sobre o capital investido. Referente ao patrimônio total da empresa explicitado na figura 4, o patrimônio é composto por 50 ônibus, sendo 25% financiados por créditos junto a terceiros, e destes 25% que foram financiados, mais de 75% já foram quitados, ficando os 75% restantes do ativo financiado oriundos de Capital Próprio.

4.2 ANÁLISE DOS INDICES FINANCEIROS

Os dados extraídos das demonstrações financeiras fornecidas pela empresa pesquisada sendo respectivamente dos exercícios financeiros de 2009 e 2008, são capazes de demonstrar a atual situação econômico-financeira da entidade. Conforme Marion (2006, p.83) os índices de liquidez “são utilizados para avaliar a capacidade de pagamento da empresa, isto é, constituem uma apreciação sobre se a empresa tem capacidade para saldar seus compromissos”.

Índices	Valor dos índices de	
	2009	2008
Liquidez Corrente	0,41	0,22
Liquidez Geral	0,37	0,15
Liquidez Imediata	0,38	0,21

Quadro 2: Índices de Liquidez

Fonte: Empresa adaptado pelo autor

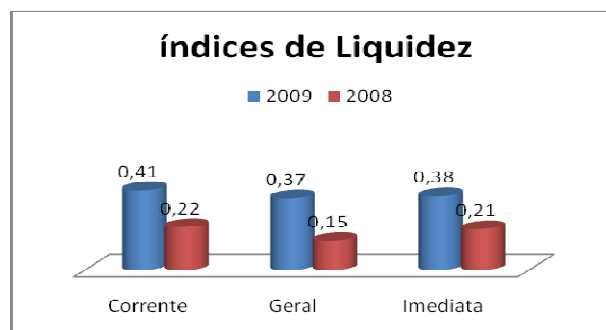


Figura 5: Liquidez da empresa em 2009 e 2008

Fonte: Empresa adaptado pelo autor

Os dados acima evidenciam que a empresa obteve um aumento nos índices de liquidez, se comparados ao exercício financeiro de 2008, contudo, os mesmos índices não representam considerável solvência, isto é, a capacidade de pagamento no exercício de 2009 ainda é baixa, se tomarmos por exemplo a Liquidez Corrente que não equivale a 0,5 (meio) percentual, de cada 1 (um) inteiro das dívidas pertinentes ao curto prazo, prejudicando desta forma, a necessidade de capital de giro, e nem mesmo obtém capital para saldar suas obrigações de curto prazo. Observa-se, por exemplo, que o índice de liquidez corrente em 2009 mostra que para cada R\$ 1,00 (um real) de dívidas a curto prazo a empresa possui apenas R\$ 0,41 (quarenta e um centavos) para saldar esse compromisso.

Índices	Valor dos índices de Endividamento	
	2009	2008
Participação do Capital de Terceiros em relação ao Recursos Totais	1,09	0,98
Composição do Endividamento	0,79	0,56
Imobilização do P L	6,89	53,14

Quadro 3: Índices de Endividamento

Fonte: Empresa adaptado pelo autor

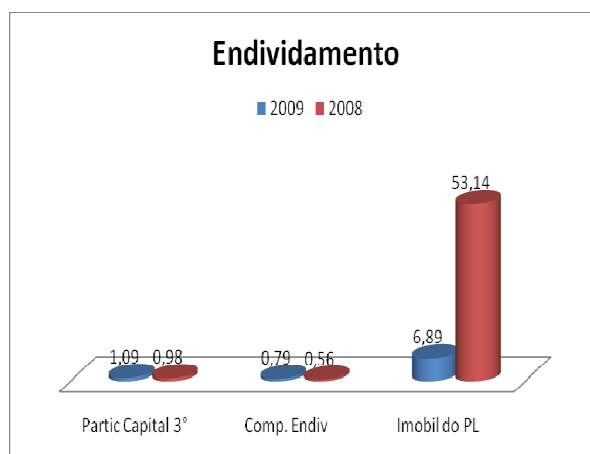


Figura 6: Índices de endividamento em 2009 e 2008

Fonte: Empresa adaptado pelo autor

Os índices de endividamento indicam a dependência da empresa em relação ao capital de terceiros, avaliam a composição e a aplicação dos recursos da empresa, como observa-se no figura 6. A empresa conta com mais de 100% do capital de terceiros, pois seu índice corresponde a 1,09 ou 109% de capital de terceiros, não existindo do exercício de 2009 capital próprio, pois este foi absorvido pela sequência de prejuízos. A composição do endividamento revela que a empresa possui considerável participação em obrigações de curto prazo, e como ela não possui liquidez substancial necessária pertinente a capacidade de pagamento. Os índices de imobilização do Patrimônio Líquido revelam que uma grande parte do Patrimônio foi investido no ativo imobilizado, o que justifica a grande representação do Imobilizado em relação ao ativo total da empresa, e que no entanto, não vem garantindo o rendimento para a empresa, e tem gerado subsequentes prejuízos. Na análise realizada, não foi possível o cálculo dos índices de rentabilidade, pois a empresa obteve prejuízo acumulados em exercícios subsequentes (2009 e 2008). Em 2008 a empresa gerou uma grande perda de R\$426.147,02 (quatrocentos e vinte e seis mil e cento e quarenta e sete reais com dois centavos), e em 2009 um valor de R\$133.950,84 (centro e trinta e três mil novecentos e cinquenta reais com oitenta e quatro centavos), aumentado cada vez mais seus prejuízos acumulados.

A presente análise revela que a referida empresa, na conjuntura financeira em que se encontra não possui capacidade de pagamento (liquidez) satisfatória, e, por conseguinte apresenta altos índices de endividamento, originando, desta forma, grande dificuldade em novas tomadas de créditos, se observadas as demonstrações financeiras analisadas. Faz-se importante frisar, que os empréstimos contraídos da empresa alvo da pesquisa, foram adquiridos em exercícios financeiros anteriores aos anos de 2008 e 2009.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise de balanços é uma técnica contábil que surgiu e desenvolveu-se dentro do sistema bancário, considerado até hoje seu principal usuário. Seu principal objetivo é extrair informações das demonstrações analisadas para subsidiar o processo de tomada de decisão. Dentro de instituições financeiras auxilia na tomada de decisão para concessão de determinado crédito conforme o resultado positivo da análise efetuada sobre as demonstrações da empresa tomadora do disposto. As análises realizadas sobre as demonstrações da empresa demonstram que existe tomada de crédito em várias instituições financeiras, e revela que todas se utilizam de demonstrações para analisar a situação da empresa e realizar concessões de crédito, e que todas solicitam da empresa, o próprio ativo que esta sendo financiado como garantia, para se resguardar do recebimento da obrigação gerada, e com isso atenuar o risco envolvido na transação realizada.

As garantias em conjunto com a correta utilização e registro das operações por meio de documentos utilizados nas transações comerciais, auxiliam de forma significativa na redução do risco envolvido nas transações financeiras. E garantem que esta obrigação seja cumprida de acordo com as condições anteriormente acordadas em prazos e valores, sem maiores danos subseqüentes. A análise de balanços juntamente com os procedimentos e recursos disponíveis utilizados, permitem que a instituição se certifique da veracidade das informações fornecidas pela empresa solicitante de crédito, que o cliente possui capacidade para honrar com este compromisso e se resguardando de forma segura sobre o risco de não recebimento deste crédito, cumprindo assim com sua responsabilidade, fazendo uma aprovação rentável para ambos.

Pela análise da pesquisa aplicada verificou-se, que os decorrentes prejuízos nos exercícios financeiros analisados de 2008 e 2009, coloca em duvida a saúde financeira da empresa, sua capacidade de honrar com compromissos estabelecidos a curto e longo prazo, e deste modo, a continuidade de seus trabalhos no mercado. A atual situação financeira, com baixos índices de liquidez, altos índices de endividamento e sem nenhuma rentabilidade, torna improvável uma nova aprovação de crédito perante terceiros para uma recuperação da saúde financeira da empresa.

REFERÊNCIAS

ASSAF NETO, Alexandre. **Estrutura e análise de balanços**: um enfoque econômico-financeiro. 8. Ed. – São Paulo: Atlas, 2007.

BLATT, Adriano. “A essência da Análise”. In: **Avaliação de Risco e Decisão de Crédito. Um enfoque prático**. São Paulo: Nobel, 1999.

COELHO, Fábio Ulhoa. **Curso de Direito Comercial**: Direito de empresa. 12 ed. São Paulo: Saraiva, 2008.

IUDÍCIBUS, Sérgio de. **Análise de Balanços**. 7. ed. – São Paulo: Atlas, 1998.

MARION, José Carlos. **Análise das demonstrações contábeis**: contabilidade empresarial. 3. ed. – São Paulo: Atlas, 2006.

MATARAZZO, Dante Carmine. **Análise Financeira de Balanços**: abordagem básica e gerencial. 6 ed. 6 reimp. São Paulo: Atlas, 2007

RESOLUÇÃO Nº 3721, DE 30 DE ABRIL DE 2009 do BACEN. **Dispõe sobre a implementação de estrutura de gerenciamento do risco de crédito**. Disponível em : <<http://www.diariodasleis.com.br/busca/exibelink.php?numlink=210900>>. Acesso em : 27 de novembro de 2010.

RIBEIRO, Osni Moura. **Estrutura e Análise de Balanços**. 5. Ed. – São Paulo: Saraiva, 1997.

SALAZAR, José Nicolás Albuja; BENEDICTO, Gideon Carvalho de. **Contabilidade Financeira**. - São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2004

SANVICENTE, Antonio Zoratto. **Administração financeira**. 3. ed. – São Paulo: Atlas, 2007.

SCHRICKEL, Wolfgang Kurt. **Análise de Crédito. Concessão e gerência de empréstimos**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2000.

SILVA, José Pereira da. **Análise Financeira das Empresas**. 8 ed. 2 reimp. São Paulo: Atlas, 2007.

OBRAS CONSULTADAS

MARION, José Carlos; DIAS, Reinaldo; TRALDI, Maria Cristina. **Monografia para os cursos de administração, contabilidade e economia**. – São Paulo: Atlas, 2002.

APÊNDICE

QUESTIONÁRIO DE PESQUISA DE CAMPO
Este questionário tem como objetivo aplicação prática da pesquisa de campo na Águia empresa de Transporte e Turismo LTDA com sede no Município de Ji-Paraná, com propósito de levantamento de dados para Artigo de Conclusão de Curso de Ciências Contábeis da Fundação Universidade Federal de Rondônia – UNIR, Campus de Cacoal.
1. Data do preenchimento do questionário ____/____/____
2. Responsável pelo preenchimento do questionário <input type="checkbox"/> Proprietário <input type="checkbox"/> Sócio <input type="checkbox"/> Gerente <input type="checkbox"/> Contador <input type="checkbox"/> Outros. Especificar _____
3. Na empresa existe Tomada de Crédito junto a Instituições Financeiras? <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não 3.1. Se afirmativo, a aproximadamente quantos anos existe essa Tomada de Crédito? <input type="checkbox"/> há menos de 1 ano <input type="checkbox"/> Entre 1 e 2 anos <input type="checkbox"/> Entre 2 e 5 anos <input type="checkbox"/> Entre 5 e 10 anos <input type="checkbox"/> Mais de 10 anos
4. O que levou ou leva a empresa a procurar Crédito junto as instituições Financeiras? <input type="checkbox"/> Má administração do Capital Próprio da empresa <input type="checkbox"/> Baixo retorno ou demora no retorno sobre o investimento efetuado <input type="checkbox"/> Para pagamento de outras dividas ou outros Créditos Financeiros <input type="checkbox"/> Investimento da empresa para aquisição de maior ativo imobilizado
5. A empresa possui Tomada de Crédito em mais de uma instituição Financeira? <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não 5.1. Se afirmativo, em quantas instituições ela realizou Tomada de Crédito? <input type="checkbox"/> Entre 2 e 3 Instituições <input type="checkbox"/> Entre 3 e 4 Instituições <input type="checkbox"/> Mais de 4 Instituições
6. No momento da Tomada de Crédito, a Instituição solicitava da empresa alguma Demonstração Contábil para análise? <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não 6.1 Se afirmativo, quais Demonstrações ela solicitava para empresa? <input type="checkbox"/> Balanço Patrimonial - BP <input type="checkbox"/> Demonstração do Resultado do Exercício – DRE <input type="checkbox"/> Demonstração do Fluxo de Caixa – DFC <input type="checkbox"/> Demonstração de Origem e Aplicação de Recursos – DOAR <input type="checkbox"/> Demonstração do Valor Adicionado – DVA <input type="checkbox"/> Outras. Especificar _____
7. Em que tipo de Instituição Financeira a empresa possui Tomada de Crédito? <input type="checkbox"/> Apenas em Instituição Privada <input type="checkbox"/> Apenas em Instituição Publica

☐ Em Instituições Públicas e Privadas ☐ Outras. Especificar _____

7.1. Se a empresa possuir Crédito tanto em Instituições Privadas quanto em Públicas, existe alguma diferença, entre elas, no Tipo de Garantia pedida no momento da Tomada de Crédito?

☐ Sim ☐ Não

7.2. Se afirmativo, qual o tipo de instituição que exige mais documentos e tem maior “burocracia” na hora de se prevenir do risco de crédito?

☐ Privada ☐ Pública

7.3 O que a Instituição solicitava da empresa como Garantia na liberação do Crédito?

☐ Cheques ☐ Notas Promissórias

☐ Outros Bens (como casa, terreno, veículo, etc)

☐ O próprio Ativo que está sendo financiado

☐ Outros. Especificar _____

7.4 Em relação aos Créditos efetuados, o pagamento deles podem ser considerados?

☐ De curto prazo (até 1 ano)

☐ De médio prazo (entre 1 e 2 anos)

☐ De longo prazo (mais de 2 anos)

7.5 Qual a porcentagem dos créditos considerados de curto prazo?

☐ menos de 25% ☐ Entre 25% e 50% ☐ Entre 50% e 75% ☐ Mais de 75%

7.6 Qual a porcentagem dos créditos considerados de longo prazo?

☐ menos de 25% ☐ Entre 25% e 50% ☐ Entre 50% e 75% ☐ Mais de 75%

8. Das tomadas de crédito efetuadas junto as Instituições existe inadimplência da empresa no pagamento?

☐ Sim ☐ Não

8.1. Se afirmativo, qual o grau de inadimplência desses Créditos?

☐ menos de 25% ☐ Entre 25% e 50% ☐ Entre 50% e 75% ☐ Mais de 75%

9. O que mudou na empresa após a Tomada de Crédito junto as Instituições?

☐ Não mudou nada, apenas foram pagas outras dívidas existentes

☐ A empresa pagou outras dívidas e agora trabalha para honrar este novo compromisso

☐ A empresa investiu em Imobilizado e conseqüentemente aumentou o lucro da empresa

☐ A empresa fez outros investimentos e pretende obter um melhor retorno sobre o capital

10. Do Ativo Imobilizado Total, quantos % representa o Ativo Financiado por esses ou outros Créditos de origem em Capital de Terceiros? <input type="checkbox"/> Menos de 25% do Total <input type="checkbox"/> Entre 25% e 50% do Total <input type="checkbox"/> Entre 50% e 75% do Total <input type="checkbox"/> Mais de 75% do Total
11. Qual a porcentagem % do ativo imobilizado que é financiado pelo Patrimônio Líquido da empresa, isto é, reservas de capital e/ou lucros retidos? <input type="checkbox"/> Menos de 25% do Total <input type="checkbox"/> Entre 25% e 50% do Total <input type="checkbox"/> Entre 50% e 75% do Total <input type="checkbox"/> Mais de 75% do Total
12. Qual a porcentagem (%) que o capital próprio da empresa garante sobre o capital de terceiros, isto é, quanto o PL garante sobre o capital de 3º? <input type="checkbox"/> Menos de 25% do Total <input type="checkbox"/> Entre 25% e 50% do Total <input type="checkbox"/> Entre 50% e 75% do Total <input type="checkbox"/> Mais de 75% do Total
13. Quantos ônibus a empresa possui hoje em seu patrimônio? <input type="checkbox"/> entre 1 e 5 ônibus <input type="checkbox"/> entre 5 e 10 ônibus <input type="checkbox"/> Mais de 10 ônibus
14. Destes ônibus, quantos % deles foram financiados por créditos junto a Terceiros? <input type="checkbox"/> Menos de 25% do Total <input type="checkbox"/> Entre 25% e 50% do Total <input type="checkbox"/> Entre 50% e 75% do Total <input type="checkbox"/> Mais de 75% do Total
15. Destes ônibus financiados, quantos % deles já estão quitados? <input type="checkbox"/> Menos de 25% do Total <input type="checkbox"/> Entre 25% e 50% do Total <input type="checkbox"/> Entre 50% e 75% do Total <input type="checkbox"/> Mais de 75% do Total